

SUMÁRIO

PARTE 1

TEMAS GERAIS DE SUSTENTABILIDADE

1.1.	A questão ambiental	11
1.2.	Definição e espécies de meio ambiente	13
1.3.	A constitucionalização do direito ambiental no brasil em 1988	14
1.3.1.	Competências constitucionais.....	15
1.3.2.	Meio ambiente artificial	19
1.3.3.	Meio ambiente cultural	20
1.3.4.	Meio ambiente natural	22
1.4.	O princípio do desenvolvimento econômico sustentável, a sustentabilidade e suas boas práticas	24
1.5.	Os princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebedor....	35
1.5.1.	Poluidor-pagador	35
1.5.2.	Protetor-recebedor.....	37
1.6.	Ordem econômica ambiental, a economia verde e o pagamento por serviços ambientais	40
1.7.	As licitações sustentáveis.....	44
1.8.	A tributação ambiental	59
1.9.	A rotulagem ambiental (selo verde)	65
1.10.	A política nacional de resíduos sólidos	66
1.11.	A política nacional de mudança do clima.....	83
1.12.	Regras de sustentabilidade no estatuto das empresas estatais....	99

PARTE 2**ATOS REGULAMENTARES ESPECÍFICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE A SUSTENTABILIDADE**

2.1.	Agenda Ambiental da administração Pública (A3P)	103
2.2.	Instrução normativa MPOG 10, de 12/11/2012 (plano de gestão de logística sustentável na administração pública federal).....	130
2.3.	Resolução CNJ 201 de 3 de marco de 2015 (Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável).....	132
2.4.	Resolução STF 561, de 24 de setembro de 2015 (Dispõe sobre a elaboração e a implantação do plano de logística sustentável do STF).....	151
2.5.	Portaria STJ 293 de 31 de maio de 2012 (Dispõe sobre a política de sustentabilidade no Superior Tribunal de JUSTIÇA) e plano de logística sustentável do STJ.....	153
2.6.	Guia Prático de Licitações Sustentáveis do STJ.....	159
2.7.	Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014 (Institui a Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho) e o plano de logística sustentável do TST	163
2.8.	Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (2ª edição – 2014).....	175
2.9.	Ato da Comissão Diretora do Senado 4/2013 (Institui a Política de Responsabilidade Socioambiental do Senado Federal) e o Plano de Logística Sustentável do Senado Federal	177
2.10.	Resolução TSE 23.474, de 19 de abril de 2016 (Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral).....	185
2.11.	Resolução TCU 268, de 4 de Março de 2015 (Dispõe sobre a Política Institucional de Sustentabilidade do TCU)	189